



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR		
EVENTO: Reunião Ordinária	Nº: 1518/08	DATA: 12/11/2008
INÍCIO: 18h16min	TÉRMINO: 19h04min	DURAÇÃO: 00h48min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 00h48min	PÁGINAS: 22	QUARTOS: 10

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

--

SUMÁRIO: Apreciação do Requerimento nº 9, de 2008, do Deputado Paulo Piau, Relator do Processo nº 08/08, instaurado em desfavor do Deputado Paulo Pereira da Silva, requerendo a prorrogação por mais 60 dias do prazo para apreciação das Representações nºs 31 e 32, de 2008.

OBSERVAÇÕES

A reunião foi suspensa.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Moraes) - Havendo número regimental, declaro aberta a 11ª reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados.

Encontra-se sobre as bancadas cópia da ata da 10ª reunião. Indago aos Srs. Parlamentares se há necessidade de leitura da referida ata.

O SR. DEPUTADO DAGOBERTO - Peço a dispensa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Moraes) - Pedido de dispensa feito pelo Deputado Dagoberto.

Em discussão a ata. *(Pausa.)*

Não havendo que queira discuti-la, coloco-a em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.
(Pausa.)

Aprovada a ata da 10ª reunião.

Expediente.

Correspondências recebidas:

Ofício nº 7.424/R, do Sr. Ministro do Supremo Tribunal Federal Carlos Ayres Britto, que, atendendo A solicitação desse Colegiado, encaminhou documentos complementares referentes ao Inquérito nº 2.725, instaurado naquela egrégia Corte contra o Deputado Paulo Pereira da Silva.

Essa documentação, 8 volumes, complementa os 9 volumes encaminhados pelo Supremo Tribunal Federal em julho passado, tramita em segredo de Justiça, razão pela qual será mantido o sigilo, e os documentos estão à disposição dos senhores membros para análise na Secretaria do Conselho.

Ofício GP nº 607, de 2008, do Sr. Prefeito de Praia Grande, Alberto Mourão, encaminhando cópia dos documentos referidos durante sua oitiva neste Conselho, realizada no dia 14 de outubro.

Aviso nº 1.186, do Presidente do Tribunal de Contas da União, que, atendendo A requerimento do Deputado José Carlos Araújo, informa não ter sido encontrado até o momento registro de fiscalizações efetuadas nas aplicações de recursos em obras do PAC, no Município de Praia Grande, São Paulo.

Petição do Sr. Leônidas Scholz, advogado do representado, protocolada na Secretaria do Conselho, ontem, 11 de novembro de 2008, apresentando sua



manifestação face aos documentos remetidos pelo Supremo Tribunal Federal, bem como ao não-comparecimento das testemunhas arroladas pela defesa.

Ordem do Dia

Esta reunião foi convocada para deliberar sobre a seguinte pauta:

Item 1.

Requerimento nº 9, de 2008, do Deputado Paulo Piau, Relator do Processo nº 08/08, instaurado em desfavor do Deputado Paulo Pereira da Silva, requerendo a prorrogação por mais 60 dias do prazo para apreciação das Representações nºs 31 e 32, de 2008.

Concedo a palavra ao Deputado Paulo Piau para justificar o requerimento.

O SR. DEPUTADO PAULO PIAU - Sr. Presidente, Srs. Deputados, esse pedido de prorrogação é apenas uma segurança para o Conselho, apenas isso, porque estou fazendo um compromisso perante o Conselho que em torno do dia 20 o relatório será entregue. Mas esta Casa tem regimento, tem regras e as pessoas usam o regulamento, como é de direito, e nós temos prazo até o dia 15 de dezembro. Há uma vontade, inclusive já expressa pelo Deputado Mário Heringer e até mesmo pelo Deputado Paulo Pereira, de encerrar este trabalho. E todos nós queremos encerrá-lo.

Agora, uma orientação do advogado, de última hora, indica que, para protelar no sentido de que esse prazo ultrapasse o dia 15, se isso acontecer, evidentemente, todo este nosso trabalho será inócuo. Irá a plenário, com Relator *ad hoc*. E acho que isso seria uma depreciação do nosso Conselho e, até mais do que isso, uma prevaricação, no meu entender.

Então, é apenas uma medida de cautela, nada mais do que isso.

O SR. DEPUTADO ABELARDO CAMARINHA - Posso pedir um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Moraes) – O próximo inscrito é o Deputado José Carlos Araújo.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Deputados, primeiro, o seguinte: se nós votarmos 60 dias, estamos em 12 de novembro, vamos para 12 de janeiro. Na verdade, não vamos para 12 de janeiro, mas para 22 de dezembro, porque 22 de dezembro entramos de recesso aqui. Ou



seja, nós vamos interromper esse processo para reiniciá-lo após a nova Mesa Diretora, após a nomeação...

O SR. DEPUTADO ABELARDO CAMARINHA - Nova composição.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - ...da nova composição de outros membros para este Conselho, inclusive. Então, temos que acabar esse processo agora, antes do dia 22. Não adianta prorrogar por 60 dias. Eu acho que a prorrogação por 30 dias, 40 dias, no máximo, seria suficiente. Senão, o que vai acontecer? Vai ficar inócuo. Aí, sim, nobre Relator, vai parecer que nós prorrogamos o processo exatamente para dar em nada.

Por isso, de antemão, Sr. Presidente, proponho que não seja por 60 dias. Conversar com o Relator para que seja num prazo menor.

O SR. PRESIDENTE(Deputado Sérgio Moraes) - O próximo inscrito é o Deputado Abelardo Camarinha.

O SR. DEPUTADO ABELARDO CAMARINHA - Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Deputados, vou na mesma linha de pensamento do Deputado José Carlos Araújo por causa dessa interrupção de prazo. Daí, sim, vão dizer que os membros da Comissão de Ética deste mandato não quiseram opinar, dar o seu parecer. Então, sou favorável a, no máximo — proponho ao Relator —, 30 dias. O que vai acontecer? Vai ter uma nova composição o Conselho de Ética. Depois vão dizer que o Deputado Paulo não quis relatar, que nós não quisemos votar. E não podemos focar o início do ano de 2009 em cima da Comissão de Ética, em cima de um colega.

Proponho pelo bom senso do ilustre Deputado Paulo Piau, que sempre agiu dessa maneira.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO ABELARDO CAMARINHA - Pois não, Deputado.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Há mais uma coisa importante: a nova composição pode achar que todo esse trabalho não foi correto e querer começar tudo de novo.

O SR. DEPUTADO ABELARDO CAMARINHA - Que foi “barrigado”, como se diz no popular.



O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Pois é. Aí, vamos começar tudo de novo, Deputado Paulo Piau. Aí, é ruim para V.Exa., é ruim para o Presidente, é ruim para nós, que vamos ficar como omissos.

O SR. PRESIDENTE(Deputado Sérgio Moraes) - O próximo inscrito é o Deputado Dagoberto, do PDT.

O SR. DEPUTADO DAGOBERTO - Quero cumprimentar o Sr. Presidente e todos os colegas.

Quero fazer esse mesmo apelo. Eu até tenho acompanhado o trabalho que V.Exa. tem feito, um trabalho magnífico. Acho que nós correríamos um enorme risco de perder tudo isso que V.Exa. fez. Acho até que 30 dias é muito prazo. Eu não sei se seria necessário. Nós o prorrogamos já no período eleitoral. Havia uma justificativa perante a opinião pública porque no período eleitoral estávamos com dificuldade de haver *quorum*, até porque a sessão não estava funcionando em alguns momentos. Então, era justo. As pessoas compreenderam e ninguém brigou. Mas a partir do momento em que se pede um prazo longo como esse, é porque não vai ser decidido por este Conselho, é que estamos passando a responsabilidade para o próximo Conselho. Então, acho isso terrível para nós. Não tem como nem pensar nisso, Paulo. Com todo o respeito e consideração que tenho por V.Exa., não dá nem para pensar nisso. Acho que 30 dias é prazo até demais. Eu acho que em 15 dias daria tempo para V.Exa. resolver isso e concluirmos. Nós fecharíamos o ano com chave de ouro, tomando uma decisão justa, seja lá qual for, mas justa. Para isso, temos de dar no máximo 15 dias.

Essa é a minha proposta e queria que os colegas analisassem isso também.

O SR. PRESIDENTE(Deputado Sérgio Moraes) - Com a palavra o Relator, Deputado Paulo Piau.

O SR. DEPUTADO PAULO PIAU - Bom, deixa eu tentar esclarecer.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO ANDRADE - Quando vence o prazo?

O SR. DEPUTADO PAULO PIAU - No dia 15 de dezembro.

A minha única preocupação é a seguinte: nós não estamos preocupados com o plenário, porque isso é um problema do Presidente. O Presidente é quem faz a pauta. Então, nós temos é que dar conta disso. Se eu der conta de entregar isso



aqui dia 20 — e não passará do dia 25, de forma nenhuma, e estou fazendo um compromisso...

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Vinte e cinco de quando?

O SR. DEPUTADO PAULO PIAU - Agora, de novembro.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Ah! Sim.

O SR. DEPUTADO PAULO PIAU - Esse é um compromisso que eu faço. O relatório já está todo entabulado, está certo? Só falta, evidentemente, um detalhe final e V.Exas. tomarem ciência dos detalhes. Isso é extremamente importante, porque vão votar; nós vamos dar o nosso voto. Essa parte para mim é fundamental. Então, isso não vai acontecer. A única preocupação nossa é a seguinte: eu e o Presidente assumiríamos uma responsabilidade, caso o advogado do Paulinho fizesse medidas de protelação e nós não votássemos o relatório até 15 de dezembro. Essa é a única preocupação. Aí, eu assumiria uma responsabilidade, evidentemente o Presidente do Conselho, e nós, como conselheiros também. Não há medida protelatória nenhuma. Dias 20 e 25, o relatório em mãos, se quiser colocar em votação dia 26, dia 27 está no plenário, o Presidente já vota.

O SR. DEPUTADO DAGOBERTO - Mas como ficaria o pedido?

O SR. DEPUTADO PAULO PIAU - Esse é um compromisso que eu assumo de trazer pronta para esta Casa.

O SR. DEPUTADO ABELARDO CAMARINHA - Mas não ficou claro se o Relator tiraria o pedido de prorrogação.

O SR. DEPUTADO PAULO PIAU - Não, eu não posso tirar, sob pena de eu prevaricar.

O SR. DEPUTADO DAGOBERTO - Eu faria uma emenda, nesse prazo — hoje é dia 13 —, e votaríamos em 10 dias.

O SR. DEPUTADO ABELARDO CAMARINHA - Quinze dias, Dagoberto.

O SR. DEPUTADO DAGOBERTO - Ele vai entregar no dia 20.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Deputado Dagoberto, o prazo é 15 de dezembro? Não é 15 de novembro, não?

O SR. DEPUTADO PAULO PIAU - Quinze de dezembro.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - De dezembro. Não tem, isso é que eu quero ver.



O SR. DEPUTADO DAGOBERTO - Vamos fazer 30 dias.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Preste atenção, se nós prorrogarmos isso, entregarmos isso ao Presidente no dia 20 de dezembro, S.Exa. vai dizer que isso é má-fé, pois foi entregue entregou sabendo-se que não se poderia votar. Essa coisa tem que ir para a entrega ao plenário antes do dia 10.

O SR. DEPUTADO ABELARDO CAMARINHA - Põe em votação.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Só para concluir, Sr. Presidente. Prestem atenção. Nós estamos em 12 de novembro. Se houver alguma medida pedida pelo advogado e o Relator achar que isso pode acontecer, final do mês, traz esse requerimento outra vez. A sugestão não é tirar; tirar de pauta o requerimento. Vamos tirar o requerimento de pauta...

O SR. DEPUTADO PAULO PIAU - Eu gostaria de insistir. Eu estou por dentro desse processo. Eu estou sentindo o processo. Eu sei mais do que vocês e gostaria de não ficar apertado.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - V.Exa. traz ...

O SR. DEPUTADO PAULO PIAU - Eu gostaria...

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Se tiver de tirar, traz de volta.

O SR. DEPUTADO PAULO PIAU - Deputado José Carlos, nem *quorum* tem dado aqui, Deputado José Carlos. Hoje, graças a Deus, deu *quorum*. Nós não tivemos *quorum* há 2 reuniões. O Presidente nem abriu a reunião. Eu não posso contar — V.Exa. me perdoe — nem com os conselheiros aqui.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO – Eu não vou... Eu me sinto à vontade para votar um requerimento.

O SR. DEPUTADO PAULO PIAU - É complicado aqui. Eu não quero ficar apertado, de forma nenhuma. Vocês estão querendo me apertar.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Eu proponho a retirada de pauta do requerimento do Deputado Paulo Piau. Sinto muito, Deputado, mas é questão de foro íntimo. Eu estou votando algo que está na minha consciência. Isso nos força a cumprir com a nossa obrigação. Se nós tivermos esse prazo elástico, vai acontecer, a imprensa vai falar que nós estamos... Eu acho que é de propósito, já foi programado, já foi isso, já foi aquilo, e vamos tirar a nossa responsabilidade para passar para o novo mandato do Conselho de Ética.



Portanto, eu peço aqui ao nobre Relator que o retire de pauta. Caso V.Exa. não o faça, a minha proposta é que retire de pauta o seu relatório.

O SR. DEPUTADO PAULO PIAU - Deputado José Carlos Araújo, esta Casa é feita de compromissos e as pessoas cumprem compromisso. Eu posso até retirar de pauta — não há problema —, desde que V.Exas. não deixem essa bomba nas minhas mãos e do nosso Presidente. Amanhã se tivermos de decidir entre os advogados do Deputado Paulo Pereira e nós 2, eu quero o compromisso de V.Exas. de apoiar o Conselho de Ética, e não apoiar uma pessoa.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO – O senhor sempre teve.

O SR. DEPUTADO PAULO PIAU - Deputado José Carlos, não se esqueça de que os advogados usaram todo o prazo regimental, 5 sessões ordinárias — 1 mês. Nós perdemos 1 mês aqui, no início. V.Exa. se lembra disso. E os advogados estão fazendo tudo com competência. E estão no papel deles, está correto, nada contra isso. Está certo?

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - No começo de dezembro, final do mês, nós vamos mostrar o seguinte que os advogados estão protelando; então, nós somos obrigados a fazer isso, a votar o requerimento de V.Exa.

O SR. DEPUTADO PAULO PIAU - Tudo bem. Se o Conselho fizer esse compromisso, perfeitamente.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Esse compromisso eu faço por mim.

(Houve intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO – V.Exa. tem o meu compromisso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Moraes) - Senhores, deixe eu tentar ajudar aqui só um pouquinho. Dia 15 de dezembro vence o prazo já ampliado para o Relator. O nosso período termina no dia 22; depois disso, somente após o recesso, em fevereiro. Então o que eu estou querendo ajudar aqui é que seria de bom tamanho, no máximo 7 dias, porque, do dia 15 ao dia 22, são 7 dias; depois, termina e entra no período, embora cessem os prazos. Eu estou só querendo ajudar. Daqui a pouco, em consenso aí, porque todo mundo quer a mesma coisa.

Deputado Camarinha, uma questão de ordem.



O SR. DEPUTADO ABELARDO CAMARINHA - Nobre Presidente e Relator, eu acredito, até que o próprio Paulo Pereira da Silva, o nosso colega Deputado, em tela a discussão que está como — entre aspas — “réu” nesta inquirição, ele também... Eu acredito que nem o advogado dele queira transferir esse problema. Há o Natal... é *sub judice*. Eu acho que, se não chegarmos a um acordo amigável, extra-regimental, que seja submetido a votos o requerimento do Relator. Eu acredito, pela pouca convivência que eu tenho com o Paulinho, que ele não queira que o Natal ou o Ano Novo fiquem *sub judice*. Isso aí é um tormento. Eu fui Prefeito 3 vezes e sei que eles armam CPI, CP e o Prefeito fica desnortado. Há aqui colegas que já foram, V.Exa. já foi, sabe como é o uso, por parte da mídia, de um objeto dessa natureza. Então eu proponho o seguinte: se não chegarmos a consenso, que seja submetido a votos o pedido do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Moraes) - Deputado Dagoberto.

O SR. DEPUTADO DAGOBERTO - Eu quero fazer uma proposta. Como você mesmo reconhece, Deputado Paulo Piau, que já está praticamente contra o seu relatório. Vamos definir datas aqui e agora, V.Exa. nos entregaria isso até o final deste mês. São 15 dias.

O SR. DEPUTADO PAULO PIAU - Até o final do mês. Vinte e cinco é prazo limite.

O SR. DEPUTADO DAGOBERTO - Então está bem. Então V.Exa. nos entrega — até o dia 25 é o prazo limite —, e nós votamos a matéria até o dia 1º. Pronto. Até o dia 1º de dezembro. E aí, se tiver que ir a plenário, haverá justificativa para isso.

O SR. DEPUTADO ABELARDO CAMARINHA - Vou te ajudar. Dagoberto, vou colaborar com você. Qualquer medida protelatória por parte de qualquer advogado, nós estamos combinados aqui que ficaremos do lado do Relator e do Presidente.

O SR. DEPUTADO DAGOBERTO - Só para concluir então a minha fala, eu queria que o Presidente Sérgio Moraes colocasse em votação a minha proposta de até o dia 25 o Relator nos entregar o relatório e até o dia 1º de dezembro nós votarmos.

O SR. DEPUTADO ABELARDO CAMARINHA - Mas há a pauta do pedido.



O SR. DEPUTADO PAULO PIAU - E acrescenta a observação do Camarinha para nós ...

O SR. DEPUTADO ABELARDO CAMARINHA - Eu gostaria que constasse isso.

O SR. DEPUTADO DAGOBERTO - Pode acrescentar o pedido do Camarinha.

O SR. DEPUTADO ABELARDO CAMARINHA - Eu gostaria de... duas coisas: o pedido do Dagoberto; a posição ainda aqui é pauta do dia. O Relator não se manifestou. Se S.Exa. não se manifestar, V.Exa. tem que colocar em votação para que o Plenário decida e o adendo nosso de que qualquer medida protelatória pelo menos vocês, posso dizer em nome deles, que ficarão ao lado do Presidente e do Relator para que isso tenha uma contenda judicial e justa.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Moraes) - Deputado José Carlos Araújo.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO – Primeiro, o nosso mandato não expira em 15 de dezembro, 22 de dezembro. O nosso mandato expira 30 de janeiro, 31 de janeiro encerra essa... Se a Câmara for convocada ou se nós pedirmos licença, esse mandato vai até... Nós podemos ser convocados em janeiro. Então, logicamente, pode não expirar.

Segundo, o Deputado Dagoberto fala em votar em 5 dias. Nós temos que ver uma coisa. O período regimental, se entregar no dia 25, é...

O SR. DEPUTADO DAGOBERTO - Até o dia 25.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Se entregar até o dia 25, vamos votar até o dia 5, até o 20, até o dia 5, até o dia 25; nós não temos prazo suficiente para votar até o dia 5, pelos prazos regimentais. Que V.Exa. ou que nós não possamos ficar em má situação, porque, lido o relatório, alguém pede vista de 2 sessões...

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - Esse é que é o problema.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Esse é que é o problema, entendeu?



O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Moares) - São 5 sessões. Depois de entregar, tem que ser 5 sessões.

O SR. DEPUTADO DAGOBERTO - Mas tudo bem, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO ABELARDO CAMARINHA - Mas na nossa proposta que eu estou colocando aqui é que não tem pedido de vista. S.Exa. tem até o dia 25; pode entregar no dia 20. Quanto antes, melhor para nós, mais prazo para avaliar e até o dia 1º votar. Se todos os membros concordarem, sem pedido de vista. E nós vamos votar aquilo que há.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Moraes) - Mas se um pedido... eu sou obrigado a oferecer...

O SR. DEPUTADO DAGOBERTO - Mas se houver acordo, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Moraes) - Sim, mas esse acordo, daqui a pouco...

O SR. DEPUTADO DAGOBERTO - E foi aprovado pelo Plenário, Sr. Presidente. Então, não pode ter...

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Moraes) - Deputado Ortiz.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - Era exatamente o que estava me preocupando muito. Eu sou favorável a que julguemos o mais rápido possível. O mais rápido.

Na vez anterior, eu figurei e lembrei o seguinte: todos nós somos iguais aqui; ninguém está livre de ter o mesmo tipo de problema. Então, acho que na hora de analisar, na hora de resolver... Perdão, Deputado Piau, mas sou avesso a qualquer movimento protelatório. Não vamos dar ao cidadão como presente de Natal não ter a solução do seu problema. Eu disse outro dia aqui: se é para condenar, nós vamos condenar; se é para absorver, vamos absorver. Não vamos deixar o cidadão na angústia.

Um problema que pode acontecer é exatamente o pedido de vista. Se alguém pedir vista, o Presidente não tem como negar. E diz o Regimento que essa vista vai ser dada por 2 sessões. Dependendo do momento em que estivermos aqui, poderemos não ter sessão nenhuma, e aí vai cair exatamente no ano seguinte.



Farei uma sugestão ao Presidente. Assumo a posição de não pedir vista e, pelo que vi aqui, todos também assumem. Só que nós não estamos todos aqui. Eu sugiro ao Presidente, se possível, consultar os demais membros para saber se todos estão acordes em que não haja pedido de vista. Assim, quando viéssemos para a reunião, já estaríamos com isso resolvido. Todos estariam afirmando, mesmo que não fosse em plenário, que não pedirão vista. Se necessário, eu também ajudo a procurar outros membros, para que eles afirmem.

Vamos evitar qualquer posicionamento protelatório — essa é a minha posição. Eu gostaria que todos os pares assim o fizessem, porque nós devemos isso não só ao próprio Deputado Paulo, nosso colega que está sendo julgado, como à Casa, à sociedade. Nós devemos cumprir a nossa obrigação de votar.

A cada momento que tivermos qualquer tipo de procedimento protelatório, sempre vamos ser acusados de deixar o barco correr, para ir passando, passando, para cair naquele refrão de que nada dura mais do que 1 semana.

Então, essa é a minha posição. Seria bom se pudéssemos deixar decidido que será dessa forma que tudo será feito. É lógico vamos correr o risco de alguém pedir vista, e aí não vamos ter solução.

Acho que o Presidente e o nosso Relator têm essa possibilidade — sei que o Relator não quer provocar coisa diferente disso. Apressaríamos um pouco mais a apresentação final do relatório, e o pedido de vista teria possibilidade de ser cumprido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Moraes) - Deputado Ortiz, na verdade, atendendo ao pedido de V.Exas., pretendo fazer contato com todos — o Deputado Dagoberto já se posicionou para nos ajudar. Mas foi dito aqui que, a qualquer tempo, dependendo do que vai sair no relatório do Deputado Paulo Piau, alguém pode pedir vista — e eu vou ficar com a minha palavra contra a dele, o que é difícil de manusear.

O SR. DEPUTADO ABELARDO CAMARINHA - Sr. Presidente, colaborando com V.Exa., mais uma vez aqui, nós devemos fazer até onde temos competência e podemos administrar. O que temos competência e podemos administrar hoje? É a não-dilatação do prazo. Isso, nós devemos fazer. O que vier pela frente, vamos estar



aqui para discutir. Porque não vamos ficar filosofando sobre a possibilidade de alguém pedir ou não.

Hoje, neste exato momento aqui, realisticamente, temos nos autos um pedido de prorrogação por 60 dias. Temos de discutir esse assunto aqui. Se agora ficarmos vendo o que pode acontecer, não vamos chegar nunca a um denominador.

Eu proponho aqui que se o nobre Relator — que está fazendo um trabalho espetacular, temos acompanhado — não aceitar retirar, que seja colocado em votação, para que possamos andar, para que possamos caminhar. Temos de nos lembrar aqui, ilustre Deputado Dagoberto, de que não ouve *quorum* porque teve o primeiro turno, teve o segundo turno, e todos aqui estavam envolvidos, alguns com partidos, outros propriamente com suas candidaturas a prefeito. Hoje, a Casa voltou à normalidade. Vai haver *quorum*; não houve por uma atipicidade do momento, que era o momento eleitoral.

Então, faço a seguinte proposta: para não divagarmos. Ou o nobre Relator retira, ou se submeta a votos. Não vamos filosofar sobre o que vai acontecer doravante.

Há um compromisso aqui de todos de não acatarmos medida protelatória por parte da defesa ou de quem quer que seja. Isso porque, como bem disse o Deputado Ortiz, temos um compromisso com a sociedade, com a Casa, com aqueles que estão acompanhando o caso, com o STF, que aguarda uma posição nossa. Mas temos que hoje decidir se dilatamos o prazo ou não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Moraes) - Deputado Paulo Piau.

O SR. DEPUTADO PAULO PIAU - O pensamento como Relator é uma medida de segurança ao Conselho, nada mais do que isso. Medida protelatória, absolutamente nenhuma. Não é por medida protelatória: nenhuma. A menos que a parte queira protelar. Se ele quiser protelar, tem medida para protelar; se ele não quiser protelar, nós não protelamos nada. Simplesmente é isso.

Para um trabalho dessa natureza, complexo, não deve ficar depois essa bomba nas mãos do Presidente Sérgio ou do Relator. Eu gostaria de pedir a V.Exas. não deixarem isso nas nossas mãos. Fica aí esse compromisso.

Protelação. Eu queria dizer que esse processo entrou aqui em junho. Na representação, foram inseridos diversos documentos da Casa. Até hoje, não temos



ainda o trabalho da Polícia Legislativa, que está na representação. O Deputado Inocêncio Oliveira ficou de nos enviar por escrito. Era para estar hoje aqui. Eu fui convocado por um juiz federal para depor sobre um crime. Portanto, nem da Casa temos as informações ainda pedidas na representação.

O Deputado Inocêncio Oliveira pediu os documentos junto ao Supremo Tribunal Federal. Não fomos nós, foi o Deputado Inocêncio Oliveira, o Corregedor da Casa. Parte desses documentos chegaram, e há mais ou menos 15 dias chegou a última.

Então, Deputado Marcelo Ortiz, por parte da Consultoria da Casa — posso dizer que eles estão ali debruçados no processo, tenho assistido ao trabalho deles — e por parte deste Relator não há medida protelatória alguma.

O SR. DEPUTADO ABELARDO CAMARINHA - Mas ninguém se referiu a isso.

O SR. DEPUTADO DAGOBERTO - Ninguém disse isso.

O SR. DEPUTADO PAULO PIAU - Mas eu estou me defendendo para não ficar dúvida. Apenas isso.

E outra coisa: não veio, a não ser algum ente público, nenhuma testemunha aqui. Não se esqueçam disso: nenhuma testemunha. É uma medida de orientação do advogado correta. Está correta. Não estou tirando o mérito dele, não. Meritoso. Mas só veio aqui o diretor do BNDES, o Prefeito de Praia Grande, o Delegado Rodrigo Levin e mais um — órgão público. Então, vieram 3. De 18 testemunhas, vieram 3. Nenhuma das outras veio aqui para colaborar com o processo.

Só que nós marcamos os prazos. O João Pedro de Moura alegou doença, inicialmente, protelou, deixou para frente, depois alegou doença outra vez, deixou para a frente. A mesma coisa o Ricardo, que disse que já tinha ido em juízo.

O SR. DEPUTADO ABELARDO CAMARINHA - Sr. Relator, só um aparte, para nos orientar a respeito o que diz o Regimento. Há o Código de Processo Civil e há o Código de Processo Penal. O que diz o Regimento do Conselho Ética se a testemunha não vier e várias vezes for convocada? O que reza?

O SR. DEPUTADO PAULO PIAU - O Conselho não tem poder de convocação. A testemunha vem se quiser ou não.



O SR. DEPUTADO ABELARDO CAMARINHA - Então, V.Exa. tem o poder de terminar o relatório sem ouvi-los.

O SR. DEPUTADO PAULO PIAU - Perfeito. Isso vai acontecer. Só estou dizendo, Deputado Camarinha...

O SR. DEPUTADO DAGOBERTO - Esse caso específico, Deputado, não é um caso de provas testemunhais. É prova documental mesmo. Isso aqui é um fato, e tem que ser provado aquilo que foi dito. A prova principal é a prova documental. Então, não há tanta preocupação com essa prova testemunhal, porque não vai mudar o fato. Ele não tem meio termo para precisar de testemunha para dizer o grau de responsabilidade disso. Ou aconteceu, ou não aconteceu. Então, ele é documental. Por isso não teria tanto essa preocupação.

O SR. DEPUTADO PAULO PIAU - Deputado Dagoberto, mas nós aprovamos aqui os requerimentos das testemunhas. O próprio Deputado Paulo Pereira colocou 4 testemunhas. Nenhuma das 4 testemunhas vieram. Após dado o prazo às testemunhas de acusação, assim ditas, não poderíamos convocar as de defesas antes, porque isso é do Regimento do Conselho também. Então, aí passamos para a segunda etapa, para acertar a agenda, inclusive com o Ministro Miguel Jorge, que era uma das testemunhas, que marcou para a última quinta-feira. Quer dizer, então, veja que nós não estamos protelando nada. Tudo está dentro de um cronograma estabelecido, só que...

O SR. DEPUTADO ABELARDO CAMARINHA - Azar dele.

O SR. DEPUTADO PAULO PIAU - Deixe-me completar o raciocínio. Então, tudo está dentro dos prazos. A Secretaria do Conselho tem agido assim no agendamento, porque era uma tarefa que tínhamos para cumprir. Não vieram, não tem problema. Eu concordo com o Camarinha: acabou, não veio, vamos completar o nosso relatório com o material que temos no Conselho, somente isso, no prazo em que era Deputado Federal — 2007 e 2008, nada fora disso.

Então, disso tudo eu sei. Agora, nós não poderíamos apressar mais porque tudo tem uma seqüência aqui. Nós cumprimos essa seqüência regimental. Então, vamos ouvir hoje o último, que também está na representação do Deputado Inocêncio — nós não estamos inventando nada —, que é a Casa, porque ali coloca a questão das verbas indenizatórias. Então, hoje a Casa estará aqui, numa reunião



sigilosa — depois, tem um requerimento pedindo ao Presidente para transformar —, para ouvir a Casa. Então, hoje nós encerramos essa parte de oitiva total, já que a Polícia Legislativa fará isso por escrito da movimentação de determinadas pessoas presas na Operação Santa Teresa. E acabou; não houve como fazer nada para acelerar esse processo.

Agora, terminadas hoje as oitivas, só resta o relatório — e acabou. E a Consultoria está com o relatório já entabulado, tudo certinho, tudo orientado, porque eles estão estudando isso para valer. A documentação da equipe está por demais explorada. Eu pediria até aos membros do Conselho que, nessa reta final, antes de darmos o nosso voto, passem ao Conselho, verifiquem, vejam as pastas, para que esse voto realmente seja um voto consciente. Eu peço isso. Então, isso foi o que aconteceu até hoje. Eu aceito, Presidente, a retirada do...

O SR. DEPUTADO ABELARDO CAMARINHA - Parabéns, muito bem.

O SR. DEPUTADO PAULO PIAU - Espera, mas sob condição. Eu quero colocar uma condição: de precaução e pedindo o apoio do Conselho, porque se eu perder o apoio desse Conselho aqui, estou perdido como Relator. V.Exas. me confiaram a relatoria.

O SR. DEPUTADO DAGOBERTO - Terá.

O SR. DEPUTADO PAULO PIAU - Se houver medida protetória e houver o risco de essa bomba chegar aqui no dia 15, que é o último prazo, e o Conselho não apreciar o relatório, aí será obrigado a remeter para o Plenário, e lá haverá um Relator *ad hoc*.

O SR. DEPUTADO ABELARDO CAMARINHA - Mas não vai acontecer.

O SR. DEPUTADO PAULO PIAU - Tudo bem, Deputado Camarinha, não vai acontecer. Então, quero esse compromisso. Se houver pedido de vista, Deputado Ortiz, ou se houver medida protetória... E o próprio Deputado Paulo Pereira me disse: “*Eu quero acabar com isso logo*”. E nós também queremos. Então, acho que está tudo certo.

Que fique, então, um requerimento, para podermos aprovar e emitir o nosso relatório. Só isso.

O SR. DEPUTADO DAGOBERTO - Deputado Paulo, só mais uma pergunta, para podermos concluir: V.Exa. entregaria até o dia 20 para nós esse relatório?



O SR. DEPUTADO PAULO PIAU - No máximo, 25 — o teto. Não passo do dia 25.

O SR. DEPUTADO DAGOBERTO - O teto seria o dia 25?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Moraes) - Novembro.

O SR. DEPUTADO DAGOBERTO - Então, fica certo isso. E o Sr. Presidente, uma semana depois, convoca a votação?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Moraes) - Convoco logo. Já vou começar logo.

O SR. DEPUTADO DAGOBERTO - Então, está bem, está ótimo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Moraes) - Tem um prazo regimental de 5 sessões.

O SR. DEPUTADO DAGOBERTO - É importante isso. Essas datas são importantíssimas para nós.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Moraes) - Tem um prazo regimental de 5 sessões para poder votar.

O SR. DEPUTADO DAGOBERTO - Está certo. Estamos pedindo para que seja o máximo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Moraes) - O máximo

O SR. DEPUTADO DAGOBERTO - O tempo para estudarmos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Moraes) - Então, está retirada da pauta a solicitação de prorrogação.

Quero dizer que tudo isso que fizemos e falamos aqui perante a imprensa não tem valor algum, porque a imprensa, amanhã, vai botar a manchete que bem entender, da maneira que bem entender. Esses dias, aqui falei que acompanhava os Prefeitos e no outro dia o *Correio Braziliense*, sem me ouvir, colocou que eu estava defendendo o *lobby*. Eu não sou lobista, eu sou Deputado Federal e com muita honra eu acompanho os Prefeitos, até porque voto e aprovo um orçamento nesta casa que depois eu preciso ir no Ministério para ver se está funcionando. Quer dizer, eu acho que estou cumprindo. E o Deputado Ortiz apareceu junto, ao dizer que também tinha cometido um crime — está aqui — porque tinha acabado de acompanhar um Prefeito. Então, a imprensa que me desculpe, mas infelizmente



parte da imprensa não é séria, põe a matéria, a imagem, a manchete que bem entende e não respeita esta Casa.

Eu volto a dizer: não tenho medo de imprensa. Vamos tocar o Conselho de Ética com a nossa consciência. Não vamos aqui, Relator, dar explicações para quem não quer ouvi-las. Porque todos nós sabemos do seu trabalho.

O SR. DEPUTADO PAULO PIAU - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Moraes) - Já vou concluir. Todos nós sabemos da maneira como V.Exa. se esforçou, da maneira como V.Exa. tocou e da preocupação que V.Exa. tem em concluir e fazer um bom trabalho. Se não conseguirmos fazer, paciência! O que nós podemos fazer? A imprensa vai nos bater amanhã igualmente, já vai acusá-lo de tentar prorrogar espaço, que a Casa é que não concordou, etc. e tal, o que não é verdade. V.Exa. apenas quer se proteger e também proteger este Conselho. Então, a manchete vai sair distorcida mesmo, nós já sabemos de tudo isso. Não podemos nos abalar.

Vamos dar continuidade. Deputado Paulo Piau.

O SR. DEPUTADO PAULO PIAU - Eu tinha pedido a palavra pela ordem, mas já me perdi. Na hora em que me lembrar eu volto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Moraes) - Certo. Eu também já estou perdido aqui.

O SR. DEPUTADO PAULO PIAU - Sr. Presidente, lembrei-me. Eu só queria dizer ao Conselho o seguinte. Eu desafio qualquer um, inclusive perante a imprensa, a dizer se houve qualquer vazamento de informação por parte deste Relator desse processo. Desafio qualquer elemento de imprensa deste País. Porque eu não sou de ficar fazendo média com jornalista também. Esse processo, eu o estou tratando com todo o respeito e com toda a privacidade. E eu sei como essas coisas funcionam. Eu já participei de CPIs e sei como as coisas vazam. E sei como as coisas vazaram do processo, porque tudo que está sob segredo de Justiça aqui, a imprensa já revelou praticamente — raro algumas coisas.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - Relator, permita-me. Ninguém tem dúvida da sua lealdade. Eu acho que V.Exa. não tem necessidade de se explicar.

O SR. DEPUTADO PAULO PIAU - Mas eu faço questão dessa explicação, Deputado Marcelo Ortiz.



O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - Não. Ninguém tem dúvida aqui da sua lealdade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Moraes) - Relator, eu concedo a palavra a V.Exa. para apresentar requerimento transformando esta reunião em reservada, para que possamos então ouvir o nosso convidado, Dr. Lúcio Henrique Xavier Lopes, Chefe da Assessoria Técnica da Diretoria-Geral da Câmara dos Deputados. *(Pausa.)*

Depois o convidarei para tomar assento.

Passo a palavra ao Relator.

O SR. DEPUTADO PAULO PIAU - No exercício das atribuições de Relator do Processo nº 08, de 2008, instaurado contra o Deputado Paulo Pereira da Silva, requiro a V.Exa., nos termos do art. 48, § 2º do Regimento Interno, ouvido o Plenário do Conselho, a transformação desta reunião ordinária em reunião reservada, com o objetivo de ouvir os esclarecimentos da Diretoria-Geral da Câmara dos Deputados, a respeito do sigilo das contas dos gabinetes dos Parlamentares, bem como o responsável pela elaboração do relatório das imagens gravadas referentes às visitas feitas pelo Sr. João Pedro de Moura, um dos citados no processo, às dependências desta Casa.

Esclareço ainda que tanto os documentos referentes às contas dos gabinetes como o relatório das imagens gravadas nas dependências da Câmara estão resguardados por sigilo, razão da apresentação deste requerimento.

Lembro, Sr. Presidente, que a Polícia Legislativa estaria presente, caso o responsável não tivesse sido convocado pela Justiça Federal para depor em algum crime de que eu não tenho os detalhes. Mas nós aceitamos essa documentação deles por escrito, exatamente para não marcar mais audiência, para não haver mais medida protelatória.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Moraes) - Deputado José Carlos Araújo, pois não.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Nobre Relator, simples: o Portal da Câmara disponibiliza todos os gastos dos Deputados. O que V.Exa. quiser saber do Deputado Paulo Pereira, no Portal da Câmara está lá o que ele gasta, o que não gasta, em que gastou a verba indenizatória. Não precisa ninguém vir aqui



depor nem explicar o que está acontecendo. Nós temos isso no Portal da Câmara, de todos nós. Então, é infrutífera a vinda desse cidadão, salvo melhor juízo.

O SR. DEPUTADO ABELARDO CAMARINHA - Eu concordo plenamente com o Deputado José Carlos Araújo. Como se diz “é chover no molhado”. Quem quiser saber de alguma coisa, é só acessar o Portal da Câmara, a não ser que seja alguma revelação-bomba aí. Pergunte se há alguma revelação bomba.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Moraes) - Até porque não há nenhuma acusação de ninguém sobre as contas. O Corregedor que acusou demais do que era solicitado para ele.

Deputado Mário Heringer.

O SR. DEPTUADO MÁRIO HERINGER - Eu não faço parte desta Comissão, mas acho que, se o Relator fez essa proposta e pediu neste momento, nós já estamos aqui; concordo com o Deputado José Carlos Araújo e com o Deputado Abelardo Camarinha, porque esses dados estão disponibilizados. Agora, se o Relator acha importante para o andamento da sua avaliação, acho que, como já estamos sentados neste momento, poderíamos perfeitamente aprovar o relatório dele e ouvir as pessoas presentes. E resolveríamos isso.

A nossa intenção é resolver o problema da melhor maneira, dando ao Relator todo o direito que ele pode ter, apesar de restrito, por ser um Conselho de Ética e não ter um caráter de convocação, mas que ele tenha o direito de tentar ouvir as pessoas para vermos o que está pendente ou não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Moraes)- Quem é o depoente? Ele está aqui? Está na sala?

O SR. DEPTUADO MÁRIO HERINGER - Isso é só a minha opinião. Eu não sou membro da Comissão. Estou dando pitaco.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Sr. Relator, não vou discutir se a consultoria A ou B, se a verba gasta no restaurante foi certa ou errada. Tira, disponibiliza de quem quer que seja. Puxa, vê lá. Mensalmente, gastou-se “x” disso naquilo, tal, tal, da verba indenizatória. Muito melhor examinar no papel. Está muito mais à vista, muito mais claro. Eu quero saber quem é que pode analisar, explicar os gastos de algum Deputado melhor que o próprio papel. Esse cidadão que V.Exa. convocou ele é o quê?



O SR. DEPUTADO PAULO PIAU - Ele é o Chefe da Assessoria Técnica da Diretoria-Geral.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Mas ele próprio, a Diretoria-Geral é que coloca no portal.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - E eles que glosam ou não. Pelo amor de Deus! Está lá. Pede a ele que imprima do portal os gastos do Deputado Paulo Pereira em janeiro, fevereiro, março, abril, junho. Ele tem. Não tem problema nenhum. Está lá disponibilizado. Se eu quiser puxar do Deputado Paulo Piau, vou saber já, já. Então não tem sentido um negócio desse.

O SR. DEPUTADO PAULO PIAU - Dr. José Carlos Araújo, eu só queria dizer o seguinte: se o Conselho achar que não deve ouvir, para mim também não tem problema. Eu estou oferecendo ao Conselho informações porque ele vai ter de votar um relatório. Nada mais do que isso. Apenas a título de esclarecer, trazer informação, nada mais.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Consta no relatório prestação de contas do mês que V.Exa. achar que deve dizer. Vamos examinar como vier no relatório.

O SR. DEPUTADO PAULO PIAU - É o pensamento de V.Exa. Se V.Exa. fosse o Relator, tomaria uma atitude. Eu, como Relator, tomo outra. Ninguém pensa igual, está certo?

O SR. DEPUTADO ABELARDO CAMARINHA - Vamos ouvir. Sr. Presidente, vamos agilizar. Vamos ouvir e acabou.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Moraes) - Coloco em votação a proposta para que possamos transformar em reunião reservada e, se aprovada...

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Por que reservada, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Moraes) - Porque...

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Aberta. Por quê?

O SR. DEPUTADO PAULO PIAU - O material está sob sigilo.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Que material está sob sigilo?

O SR. DEPUTADO PAULO PIAU - O material que veio para cá, que veio do Corregedor.



O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Aí tenha paciência, Sr. Presidente! Não posso entender que o material... É sobre a verba indenizatória?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Moraes) - Sim.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO – Então, está lá. Como é que pode estar sob sigilo?

O SR. DEPUTADO PAULO PIAU - Assim veio.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Não cabe na minha cabeça sob sigilo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Moraes) - O Corregedor remeteu para cá, Deputado José Carlos Araújo. Sem ter denúncia nenhuma, ele sonhou, pegou lá e mandou para cá e pediu sigilo.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Mas não pode estar sob sigilo. Está no Portal, gente! Está no Portal da Câmara!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Moraes) - Mas vamos obedecer.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Vou sugerir. Quer aprovar? Quer ouvir? Vamos ouvir. Eu só quero antes perguntar abertamente ao cidadão se tudo que ele traz para nos mostrar se não está no Portal da Câmara. Caso esteja, nós não precisamos ouvi-lo secretamente. Vamos ouvi-lo abertamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Moraes) - Dr. Lúcio Henrique Xavier. Onde está o Dr. Lúcio? Por favor.

Dr. Lúcio, seja bem-vindo!(*Pausa.*)

Só um momentinho. Antes de transformarmos em reunião reservada ou não, queremos que V.Sa. responda se tem um fato novo ou se é exatamente o que está no Portal da Casa.

O SR. DEPUTADO PAULO PIAU - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Moraes) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO PAULO PIAU - Sr. Presidente, eu gostaria de sugerir a V.Exa. a inversão. Eu coloquei um requerimento em apreciação — se V.Exa. perdeu o requerimento não tem importância...

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Qual requerimento?



O SR. DEPUTADO PAULO PIAU - Para transformar em sigilosa, respeitando o que veio da Corregedoria. Então, eu gostaria que o meu requerimento fosse votado. Se eu perder, não tem importância.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Eu vou à pergunta.

O SR. DEPUTADO PAULO PIAU - Se perder, não tem importância, mas eu gostaria de colocar o meu requerimento em apreciação, antes de ouvir o Dr. Lúcio.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Não quero nem que me responda.

O SR. DEPUTADO PAULO PIAU - Não. Eu não gostaria não, Dr. José Carlos. Aí é uma questão... Porque nós já estamos inquirindo uma resposta dele, nós já estamos infringindo um sigilo. E temos responsabilidade sobre o sigilo, tanto o Supremo quanto a Corregedoria.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - A resposta está no Portal. Não está no Portal?

O SR. DEPUTADO PAULO PIAU - Eu não gostaria de nenhuma resposta do Dr. Lúcio. Eu faço este apelo. Se não quiser aprovar o relatório, não tem importância. Nós não o ouvimos. Vamos só no documento. Mas eu não gostaria de ouvi-lo sem apreciar o meu requerimento.

Por favor, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Moraes) - Vamos fazer o seguinte.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Vamos colocar em votação. Deputado Paulo Piau, caso em sigilo ele confirme que tudo está no Portal, abrimos a porta? Está Ok?

O SR. DEPUTADO PAULO PIAU - Sem problema.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Fechado. Votamos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sérgio Moraes) - Houve unanimidade. Então, peço aos senhores e às senhoras que não são membros deste Conselho que, por gentileza, auxiliem-nos.

Vamos suspender a reunião por 5 minutos, porque a parte técnica precisa modificar aqui o sistema.

Está suspensa a reunião.

(A reunião foi suspensa.)